



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

7 de junho de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 07 06 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Agentes que rebocaram veículo de idosa serão ouvidos pelo MP

Caso é acompanhado pela Promotoria do Idoso; de acordo com o promotor titular do caso, deve caber ação por danos morais contra o Município; SMTT adotará medidas para reorientação das equipes

Os agentes de trânsito – cujos nomes não foram revelados, até o momento – que rebocaram de forma indevida o veículo de uma idosa de 81 anos (identificada como Maria de Lourdes Santos) no último sábado, 3, serão convocados pelo Ministério Público do Maranhão (MP) para prestar esclarecimentos sobre o fato. O caso, que aconteceu em um shopping center de São Luís situado na Avenida Carlos Cunha, deverá gerar ação por danos morais em favor da idosa e contra o Município.

Ontem, a idosa esteve na sede do MP no São Francisco, e deu sua versão sobre o caso. Segundo ela, apesar de ter se apresentado como proprietária e condutora do veículo, os agentes mantiveram a aplicação do auto de infração por suposta conduta irregular da cidadã. Além disso, o veículo foi rebocado para a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), de onde foi liberado para a idosa na seguinte fei-

ra, 5, sem qualquer ônus, de acordo com o MP.

Além da condutora do veículo e dos agentes de trânsito, o MP também deverá convocar representantes do shopping center para outros esclarecimentos. "Será importante ouvir todas as partes para o Ministério Público emitir posicionamento. Preliminarmente, é importante dizer que o agente infringiu os direitos da cidadã", disse o promotor titular do Idoso, Augusto Currim.

De acordo com o promotor, nas próximas semanas o MP receberá denúncias de infrações semelhantes aos direitos dos idosos. "Já estamos cientes de que outras pessoas podem ter passado pela mesma situação. Neste caso, é fundamental que o cidadão prejudicado procure o Ministério Público para as providências cabíveis", ressaltou Currim.

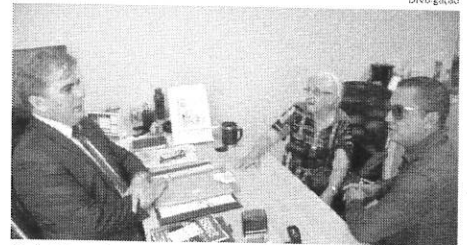
O promotor disse ainda que a conduta dos agentes, no caso da idosa, fugiu aos padrões, mesmo

sob a alegação de que o veículo não continha selo de autorização expedido pela SMTT para estacionamentos em locais públicos. "Até antes da apresentação da condutora como dona do veículo, vale ressaltar que os agentes estavam corretos, a meu ver. No entanto, quando a cidadã se apresenta e demonstra claramente que reúne condições de usufruir do direito alegado por ela, obviamente que se trata de uma clara infração", afirmou.

Documento

Ainda na manhã de ontem, o MP encaminhou documento à SMTT em que ratifica a infração aos direitos da idosa no caso. Segundo o documento, "a reserva de vaga deve ser garantida quando o idoso demonstrar sua condição pessoal, fisicamente ou por meio de outros documentos, mesmo não sendo o condutor ou proprietário do veículo e for apenas passageiro".

Além das sanções administrativas, os agentes envolvidos no caso tam-



Maria de Lourdes Santos dos Reis e seu filho, com o promotor do Idoso

bém poderão responder a pena de reclusão. De acordo com o MP, o crime de "discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade" pode

gerar prisão de seis meses a um ano.

Em nota encaminhada a O Estado, a SMTT reconhece que a conduta dos agentes não obedeceu às orientações da pasta. De acordo com o Município, serão adotadas "medidas para a reorientação das equipes, a fim de evitar a ocorrência de novos casos".

Divulgação



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>07</i> 06 / 2017	Página <i>03</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Às falas

A polêmica envolvendo a apreensão de um carro de uma idosa em pleno estacionamento para idosos será apurada pelo Ministério Público.

O fato ocorreu em um shopping da cidade, e a SMTT já emitiu nota dizendo que o agente de trânsito agiu fora das orientações da pasta.

Mesmo assim, o MP está cobrando da secretaria que esclareça todos os aspectos do constrangimento à senhorinha, que teve forte repercussão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 07 / 06 / 2017	Página 04		

SEMINÁRIO JUSTIÇA E MEIO AMBIENTE

Flávio Dino palestra sobre 'Princípios Constitucionais Ambientais'

No Dia Mundial do Meio Ambiente, o governador Flávio Dino participou, na manhã de ontem no Fórum de São Luís, da abertura do 2º Seminário Justiça e Meio Ambiente. Na ocasião ele ministrou a palestra 'Princípios Constitucionais Ambientais' durante o evento que reuniu magistrados, procuradores, promotores, servidores, defensores públicos, delegados, advogados e demais parceiros, para dar continuidade ao debate sobre as questões ambientais por um viés jurídico, tanto no âmbito criminal quanto no cível.

O 2º Seminário Justiça e Meio Ambiente é uma promoção do Tribunal de Justiça do Maranhão, Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Núcleo Socioambiental do Tribunal, Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Procuradoria Geral da Justiça (PGJ), Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem) e Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público (Abrampa). O evento segue durante toda esta terça-feira (6).

Em sua palestra, o governador Flávio Dino fez uma rápida abordagem sobre os princípios no âmbito jurídico e correlacionou com a realidade brasileira, enfatizando que "caminhamos bem nos últimos anos no Brasil, quando se afirmou a hegemonia teórica do chamado neoconstitucionalismo e com valorização dos princípios como vetores



Governador Flávio Dino participou do evento no Fórum de São Luís

da interpretação jurídica e da aplicação do sistema de normas existente na sociedade".

O governador abordou temas atuais como a retirada dos Estados Unidos do 'Acordo de Paris' – que visa limitar o aquecimento global – e de temas nacionais e regionais, como a aprovação da vaquejada e a questão do Parque Estadual do Bacanga, respectivamente.

"Quando examinamos esses dois casos vamos encontrar de um lado a centralidade dos

princípios como estruturante de uma hermenêutica progressista sempre atualizada, que se defronte com os desafios mais cruciantes atinentes a temática ambiental. Mas, ao mesmo tempo, vamos encontrar os chamados hard cases, casos que tem não tem uma resposta simples, que não tem uma resposta automática, intuitiva, como a referente ao acordo de Paris", explicou.

De acordo com o secretário de Estado do Meio Ambiente,

Marcelo Coelho, esse é um evento essencial pois conchama os juristas a debater as questões ambientais sobre as bases do direito. "São assuntos que são atuais e precisam ser debatidos para que saiam de uma esfera para outra. Eu acho que os tribunais têm debatido muito no meio ambiente e é importante que eles procurem debater muito mais porque isso eleva as discussões e faça com que eles tenham interação e entendimento das questões ambientais", completou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	Capa
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 07 / 06 / 2017	Página 01	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

**Astro participa da
criação do
programa "Câmara
em Dia" no MP**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
		<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 07/06 / 2017	Página 04	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Astro participa da criação do programa "Câmara em Dia" no MP

A convite do procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, o presidente da Câmara Municipal de São Luis, Astro de Ogum, participou, na segunda-feira (6) do ato de assinatura do Ato Institucional nº 0287/2017 GPGP que cria o Programa Institucional "Câmara em Dia".

O programa tem o objetivo de fazer com que as Câmaras Municipais coloquem em dia os processos de julgamentos das contas dos gestores.

O atraso nos julgamentos impede, por exemplo, que seja declarada a inelegibilidade do gestor.

Uma das atribuições do Câmara em Dia é promover uma ação institucional articulada e incentivar o controle social das contas públicas. O programa é um desdobramento de um programa anterior, de 2008, chamado Contas na Mão, no qual os gestores tinham a obrigação de tornar públicas as contas

do Legislativo.

O promotor de justiça Márcio Thadeu da Silva Marques, assessor especial da PGJ, explicou que o programa será executado em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. "O TCE tem mecanismos de identificação dos municípios que receberam essas contas e ainda não julgaram, para cobrar e exortar as câmaras municipais nesse sentido", disse ele.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 07 / 06 / 2017	Página 03	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

TACs garantem benefícios em Governador Nunes Freire

Entre as medidas estabelecidas nos Termos de Ajustamento de Conduta firmados entre Prefeitura e MP estão a implementação do Conselho do Idoso e a instituição de órgão municipal para o controle de coleta e resíduos sólidos

GOVERNADOR NUNES FREIRE

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) firmou na segunda-feira, 5, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, seis Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com o Município de Governador Nunes Freire. Os documentos foram propostos pela promotora de Justiça da Comarca, Laura Amélia Barbosa, e assinados pelo prefeito Indalecio Wanderley Vieira Fonseca, na presença do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Um dos TACs estabelece medidas para a implementação do Conselho Municipal do Idoso. Outro institui um órgão colegiado municipal destinado ao controle social dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos.

Também foi firmado Termo de Ajustamento para implementar o perfil mínimo das ações e serviços de saúde e outro para instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A elaboração e implantação de um plano municipal socioeducativo para jovens infratores também foi tema de TAC, bem como a adequação da frota de veículos que prestam serviço de transporte escolar no município.

Conselho Municipal do Idoso

Um dos TACs assinados dá prazo de 30 dias para elaboração e apresentação ao Poder Legislativo de projeto de lei que crie o Conselho Municipal do Idoso e de 120 dias para concluir a efetivação do Conselho. O gestor municipal tem 60 dias para providenciar espaço adequado, mobiliário e equipamentos necessários ao trabalho.

A multa por descumprimento estabelecida é de R\$ 200,00 por dia de descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta.

Resíduos sólidos

O segundo Termo de Ajustamento prevê, em um prazo de 30 dias, a instituição, por decreto municipal, de um órgão colegiado do município destinado ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos, inclusive dos gastos mensais com o serviço de limpeza pu-



Representantes do Ministério Público e da Prefeitura de Governador Nunes Freire assinam seis TACs

blica.

A divulgação das informações financeiras relacionadas à gestão dos resíduos sólidos deve ser feita num prazo de 30 dias.

Em 60 dias, o Município deve implementar e fiscalizar o Plano de Resíduos de Construção Civil e enviar à Câmara de Vereadores pro-

Gestor vai adquirir veículos novos para o transporte escolar

jeito de lei definindo os empreendimentos e atividades considerados grandes geradores de resíduos sólidos e fixando prazo para que cesse a coleta desses resíduos pelo serviço público municipal.

A multa estabelecida por descumprimento das obrigações é de R\$ 5 mil, a ser revertida ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

Perfil mínimo de saúde

O terceiro Termo de Ajustamento de Conduta se refere à implementação do Perfil Mínimo das Ações e Serviços de Saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde no município.

O tempo de vigência do TAC é de dois anos. Caberão à Superintendência de Vigilância Sanitária Estadual e à Coordenação de Vigilância Sanitária Municipal a realização de vistorias técnicas, a cada

seis meses, no sentido de averiguar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta.

Ficou fixada a multa de R\$ 3 mil, por dia de atraso, em caso de descumprimento do TAC.

Pessoa com deficiência

Outro Termo de Ajustamento de Conduta prevê a implementação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência com a apresentação, em até 30 dias, ao Poder Legislativo Municipal, de Projeto de Lei que crie o conselho. Em 60 dias, deverá ser providenciado o apoio administrativo necessário para o efetivo funcionamento do Conselho. A completa implementação deverá estar concluída no prazo de 120 dias.

Fica estabelecida multa de R\$ 200,00 por dia, caso seja descumprido o TAC.

Atendimento socioeducativo

A elaboração e implementação de um plano municipal destinado à garantia das medidas de proteção dos direitos fundamentais de adolescentes autores de ato infracional foi a base para a elaboração do quinto Termo de Ajustamento de Conduta firmado.

O pedido foi baseado no artigo 127 da Constituição Federal e nos artigos 201, V, e 221, ambos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Deve ser assegurado atendimento aos adolescentes e família-

res. Os programas e ações devem estar contemplados no Plano Plurianual, para evitar que sofram problemas de continuidade.

O Município deve, ainda, identificar, dentro de sua estrutura administrativa, o setor responsável pela implementação e operacionalização do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Ficou estabelecida multa de R\$ 2 mil para cada item descumprido do TAC.

Transporte escolar

O sexto e último TAC firmado dispõe sobre a adequação da frota de veículos que prestam serviço de transporte escolar no município, obedecendo aos critérios estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro. Devem ser observados o registro dos veículos de passageiros, a inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, a pintura de faixa horizontal na cor amarela com a inscrição "Escolar", cintos de segurança igual ao número de lotação e outros requisitos obrigatórios.

O gestor se comprometeu a adquirir veículos novos para a realização do transporte escolar diário de estudantes e não contratar mais a empresa Premium Ltda. para a prestação de serviço de transporte escolar, devido às irregularidades constatadas por uma auditoria especial da Controladoria Geral da União. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 7 / 06 / 2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA e Prefeitura assinam seis TACs em Nunes Freire

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) firmou, nesta segunda-feira, 5, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, seis Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com o Município de Governador Nunes Freire. Os

documentos foram propostos pela promotora de justiça da comarca, Laura Amélia Barbosa, e assinados pelo prefeito Indalécio Wanderley Vieira Fonseca, na presença do procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho. Um dos TACs estabelece medidas para a implementação do Conselho Municipal do Idoso. Outro institui um órgão colegiado municipal destinado ao controle social dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos.

Também foi firmado um Termo de Ajustamento para implementar o perfil mínimo das ações e serviços de saúde, e outro para instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A elaboração e implantação de um plano municipal socioeducativo para jovens infratores também foi tema de TAC, bem como a adequação da frota de veículos que prestam serviço de transporte escolar no município.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 07 06 / 2017	Página 03		

Base governista veta projeto que regulariza o Uber no Maranhão

Articulados sob a liderança do Governo, aliados do governador Flávio Dino rejeitaram o projeto que instituía regras para a exploração do serviço no estado

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

A base do Governo Flávio Dino (PCdoB), na Assembleia Legislativa, rejeitou o Projeto de Lei 127/2017, de autoria do deputado Edilázio Júnior (PV), que instituía a regulamentação do transporte privado individual e intermunicipal de passageiros, o Uber, no Maranhão. A votação no Plenário ocorreu sem o quórum mínimo exigido pelo Regimento da Casa, o que deve motivar ação na Justiça para anular a votação.

A matéria foi rejeitada nas comissões de Constituição e Justiça, sob a relatoria do vice-líder do Governo, Marco Aurélio (PCdoB); de Assuntos Municipais e pela Comissão de Obras e Serviços Públicos da Casa.

Os deputados Marco Aurélio, Cabo Campos (DEM), Nira do Pindaré (PSB), Vinícius Louro (PP) e Rafael Leitão (PDT) trabalharam pelo veto. O líder do Governo, Rogério Calteira (PSB), também orientou pela rejeição.

A alegação dos aliados de Flávio Dino é de que o projeto esbanhava na inconstitucionalidade, uma vez que seria de competência exclusiva do município a regulamentação do serviço. Foi o que o relator da matéria na CCJ, Marco Aurélio, usou como tese para



A bancada governista votou completa pela rejeição ao Uber

encaminhar parecer contrário. O autor da matéria contestou o relatório do comunista.

"Não há que se falar em inconstitucionalidade, uma vez que o projeto trata da regulamentação do transporte intermunicipal. O projeto é constitucional e dá ao consumidor a possibilidade de ele escolher entre o Uber e o táxi. Não sou contra o taxista, mas o Uber é uma realidade internacional e nós não podemos ficar à margem da tecnologia. A regularização do Uber é boa tanto para a categoria quanto para os taxistas", completou.

Antes do início da votação, o deputado Edilázio Júnior pediu a contagem do quórum na Casa. Para que matérias deste tipo sejam votadas, é no cenário que haja a presença de pelo menos 22 deputados no Plenário.

Na ocasião da votação, apenas 15 deputados estavam no Plenário, segundo Edilázio Júnior. O deputado apontou outro vício na votação: insatisfeito com o andamento da sessão, ele se ausentou do Plenário para tentar inviabilizar a votação. A Mes Diretora, contudo, deu prosseguimento a apreciação da matéria.

Transporte por aplicativo já tramita no Senado

Tramita no Senado Federal, desde o início do mês de abril, projeto de lei que restringe a atividade das empresas de transporte por aplicativo de celular no Brasil. O PLC 28/2017, aprovado pela Câmara dos Deputados, estabelece que empresas como o Uber e o 99 Taxis são prestadoras de serviço público, dependente de regulamentação, e que os motoristas precisam de permissão para trabalhar.

O projeto enquadra o transporte oferecido via aplicativos como uma atividade de natureza pública, a ser regulamentada pelo poder público municipal, nos municípios, ou distrital, no Distrito Federal.

Todos os motoristas que trabalham com os aplicativos precisarão obter uma permissão individual do poder público local. O documento deverá especificar, inclusive, o local de prestação do serviço dentro da cidade. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>
DATA <i>07</i> / 06 / 2017	Página: <i>03</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Por que o problema?

Em todo o mundo, o aplicativo utilizado para chamadas de transporte de passageiros - conhecido como Uber - já é uma realidade aplaudida e reconhecida por usuários e autoridades. Em muitos países, e em grandes cidades brasileiras, esse sistema já tem até concorrentes, que ajudam a melhorar ainda mais o setor de transportes.

Mas aqui em São Luís o Uber, como quase todos os assuntos - da cultura ao futebol; do turismo ao meio ambiente e aos negócios - também virou uma questão política. E fica claro que as ações a respeito do aplicativo tendem a levar em consideração as eleições.

Primeiro foi o prefeito de São Luís, Edivaldo Júnior (PDT), que perdeu todos os prazos para sancionar uma lei da ex-vereadora Luciana Mendes, que proibia esse tipo de transporte em São Luís - na contramão, diga-se, de todo o mundo moderno.

Preocupado em desagradar o eleitorado formado pela ativa categoria dos taxistas, que se recusam a conviver no mesmo espaço com os motoristas da Uber, Edivaldo deixou que o prazo se esgotasse para jogar a batata quente nas mãos do presidente da Câmara, Astro de Ogum (PR). E ele não pestanejou em promulgar a lei, tornando o aplicativo ilegal na capital.

Para tentar corrigir o problema criado, o deputado Edilázio Júnior (PV) - que muito viaja e conhece como as coisas funcionam mundo afora - apresentou projeto de lei na Assembleia regulamentando o Uber. E a foi a vez da bancada do governador Flávio Dino (PCdoB) ajudar a derrubar a proposta.

Aos que conhecem o serviço em outros estados e países, resta agora a ação pretendida pela promotora Lítia Cavalcanti, que quer anular a lei da Câmara. Até lá, no entanto, o Uber é um serviço clandestino na única capital mundial que tomou esse tipo de medida.

**Aos que conhecem
o serviço em
outros países,
resta agora a
pretendida ação
de Lítia Cavalcanti**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Cenpa</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>07</i> / 06 / 2017	Página <i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

CONFLITO DE INTERESSES

Uber perde na política, mas ganha nas ruas

A Assembleia Legislativa rejeitou, ontem, o Projeto de Lei nº 127/2017, de autoria do deputado Edilázio Júnior (PV), que prevê a regulamentação do serviço da plataforma Uber no Maranhão. Foi a segunda derrota do serviço em menos de três meses.

Antes, no fim de abril, a Câmara de Vereadores de São Luís promulgou uma lei de proibição da Uber na capital. POLÍTICA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 7 / 06 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Deputados rejeitam projeto de regulamentação do Uber no MA

O Plenário da Assembleia Legislativa rejeitou, ontem, o projeto do deputado Edilázio Júnior que prevê a regulamentação do serviço da plataforma Uber no Maranhão. A proposição, elaborada com vistas a regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros entre municípios maranhenses, suscitou acalorada discussão, com discursos tanto de Edilázio Júnior como de outros parlamentares, entre os quais Max Barros, Cabo Campos e Rafael Leitoa.

Antes mesmo da Ordem do Dia, o autor do projeto, falando no Pequeno Expediente, fez questão de dirigir-se ao Plenário e à galeria, onde havia um grande número de taxistas e de motoristas de Uber, que compareceram ao poder legislativo com o

propósito de assistir à votação da matéria. Edilázio foi enfático ao afirmar que propôs o projeto porque acredita no Uber como mais uma alternativa do transporte para a população e para o consumidor. “É por isso que eu estou defendendo a legalização do Uber, que hoje é uma realidade em todo lugar do mundo, em todos os locais, em todas as cidades onde chegou. Hoje a população clama pelo Uber”. No encaminhamento da votação, os deputados Max Barros, Cabo Campos e Rafael Leitoa manifestaram-se favoráveis ao Uber. Porém, ao justificar o voto contrário ao mérito da proposição, defenderam que o assunto, como reza a Constituição, seja discutido e regulamentado no âmbito dos municípios.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 7 / 06 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Assembleia Legislativa rejeita projeto de regularização do UBER no Maranhão

O projeto que regulamenta o aplicativo UBER para o transporte intermunicipal de passageiros foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa. O projeto acabou sendo rejeitado pela CCJ e outras duas comissões da casa, por maioria de votos.

O deputado Marco Aurélio, relator do projeto, alegou vício de constitucionalidade formal. O deputado Edilázio recorreu ao Plenário da Casa e o Projeto de Lei que regulamenta o UBER foi apreciado por todos

os deputados estaduais. O parlamentar queria votação nominal, mas não conseguiu e o projeto foi definitivamente rejeitado.

Além do relator do projeto, os deputados Bira do Pindaré (PSB), Cabo Campos (DEM), Antônio Pereira (DEM), Vinícius Louro (PR), Glábert Cutrim (PDT), Ana do Gás (PCdoB) e Sérgio Frota (PSDB) votaram contra o projeto de lei.

Os deputados Marco Aurélio, Bira do Pindaré, Cabo Campos, Antônio Pereira, Vinícius Louro, Glábert Cutrim, Ana do Gás

e Sérgio Frota, apenas os deputados Edilázio Júnior e Max Barros votaram a favor do relatório e contra a constitucionalidade do projeto que regulamenta o UBER no Maranhão.

O deputado Edilázio Júnior, autor do projeto, lamentou a rejeição e disse que a análise dos deputados não foi técnica e sim política. "O voto na comissão deveria ser técnico e não político. Não sou contra os taxistas, sou a favor que a população tenha o direito de escolher e tenha mais opções", afirmou Edilázio.

RELEMBRE

O Ministério Público por meio da Promotoria de Defesa do Consumidor de São Luís anunciou no fim de semana que deve entrar com uma representação à Procuradoria Geral de Justiça contra a proibição do serviço em São Luís.

A argumentação principal é que a lei que veta o Uber na capital maranhense seria inconstitucional. A promotora de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, Lítia Cavalcanti, chega a afirmar que o serviço "não tem como ser barrado".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 7 / 06 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Lisboa condenado

O ex-prefeito de Bacabal Raimundo Nonato Lisboa foi condenado pelo TJMA por ato de improbidade administrativa. Ele não prestou contas de cinco convênios firmados com o governo do Estado, quando exercia o cargo.

As penas são suspensão dos direitos políticos do ex-gestor por cinco anos; multa no valor de dez vezes a remuneração que Lisboa recebia à época dos fatos; e proibição de contratar com o Poder Público por três anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política (X) Cidades / Vida () Geral () Polícia
(X) O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	() Outros
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 07/06/2017	Página 01	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Uber perde na política, mas ganha nas ruas

População maranhense aprova serviço, mas Uber segue proibida em São Luís. Projeto de lei para regularizar uso de aplicativo é rejeitado na Assembleia Legislativa

PAULO DE TÁRSIO JR.

Um serviço que caminha graças à popularidade ludovicenses. A cada dia, aumenta o número de usuários do Uber. Com apenas duas horas na tela do celular, o cidadão entra em contato com o motorista, se desloca por grandes distâncias de carro e paga um valor bem inferior ao que pagaria caso estivesse em um táxi. A realidade de muitas cidades do país e do mundo começa a ser a de São Luís, que já possui uma frota de

quase mil veículos. O problema é que o serviço ainda não está regularizado e nem há indícios de que será. Mesmo assim, as veículos da Uber seguem funcionando pela cidade. A Assembleia Legislativa rejeitou, entretanto, o Projeto de Lei nº 127/2017, de autoria do deputado Edilázio Júnior (PV), que prevê a regulamentação do serviço da plataforma Uber no Maranhão. Foi a segunda votação

do serviço em menos de três meses. Antes, no fim de abril, a Câmara de Vereadores de São Luís promulgou uma lei de proibição da Uber na capital. O Imparcial entrou em contato com a Uber para saber o posicionamento da empresa após a rejeição do projeto na Assembleia Legislativa. Até o fechamento desta edição, a reportagem não obteve resposta.



POPULARIDADE

Em contrapartida aos votos políticos, a população parece querer realmente a existência do serviço. Mesmo a circulação de Uber pelas ruas da capital maranhense sem o devido legal, basta ter o aplicativo instalado no celular para conseguir um motorista prestador do serviço na hora que quiser. A popularidade do aplicativo causou a medida que aumenta a rejeição política.

"Acho o Uber importante porque estimula a concorrência e, consequentemente, a qualidade dos serviços prestados por outros meios de transporte, como os táxis. Isso possibilita ao consumidor escolher o que é mais viável para ele. A tentativa de barrar um serviço como o Uber só aumenta a popularidade dele na cidade", afirmou a jornalista Maria Rita Machado.

O funcionário público Tercio Trindade também aprova o Uber em São Luís. "Sou um consumidor do Uber há alguns meses e, até o momento, não posso reclamar do serviço. Tem me auxiliado em várias situações, principalmente durante a noite e madrugada, quando não tem sistema de transporte público ou o táxi custa caro demais. No último sábado peguei um táxi Uber no bairro Turu em direção ao São Francisco e essa corrida me custou menos do que R\$ 20 e via taxi custaria mais do que o dobro. Não sou contra os táxis, mas a concorrência e benefício para o consumidor como eu, que quer um bom atendimento aliado com um valor tolerável para o meu bolso. Outro ponto de grande ajuda tem sido a questão das pessoas deixarem os carros em casa quando forem ingerir bebida alcoólica e usarem o Uber. Eu sei, eu e meus amigos preferimos usar o Uber como uma saída de segurança para que todos cheguem sãos e salvos em seus lares", comentou.

Para a empresária Thailcia Araújo, a economia ao usar o Uber é um aspecto muito importante. "O atendimento do Uber é maravilhoso. Quando vou me locomover para lugares distantes de táxi, é o 'olho da cara'. Para mim, que estou toda hora resolvendo coisas na rua, eu adoro. O único Uber que eu peguei tinha água e até cerveja", disse.



ASSEMBLEIA

Autor do projeto de lei que foi rejeitado pela Assembleia Legislativa por ter sido considerado inconstitucional, o deputado Edilázio Júnior (PV) ficou os braços com o resultado da votação. Em entrevista a O Imparcial, o parlamentar lamentou o veto. "Quem perde é a população, que deixa de ter mais uma opção de transporte, uma vez que já temos uma carência enorme de transportes. Perdiemos uma grande oportunidade de fazer o estado crescer, uma vez que o Uber começaria a pagar imposto. Hoje, a concorrência é desigual porque eles não pagam impostos", pontuou o deputado.

GARANTIA FEDERAL

As atividades da Uber e dos motoristas parceiros são garantidas pela Constituição Federal e pela legislação federal. A Constituição Federal garante as liberdades de iniciativa, trabalho e concorrência. Por outro lado, o Código Civil, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/12) e o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) também garantem que tanto a Uber, quanto os motoristas parceiros podem trabalhar legalmente no país.

UBER

O Uber é um aplicativo para pedir carros com motoristas, que funcionam de maneira similar ao táxi. O usuário pede o veículo e paga a corrida direto no aplicativo por meio do cartão de crédito – pagamento em dinheiro, é possível escolher entre o UberX, que tem tarifas mais baratas, Uber Black, com carros de alta qualidade, o Uber Pool, que permite compartilhar as corridas com mais passageiros identificados pelo app. Além disso, ele ainda apresenta preços mais baratos e diversos códigos promocionais.



Acho o Uber importante porque estimula a concorrência e, consequentemente, a qualidade dos serviços prestados por outros meios de transporte, como os táxis. Isso possibilita ao consumidor escolher o que é mais viável para ele

Maria Rita Machado,
jornalista



Sou um consumidor do Uber há alguns meses e, até o momento, não posso reclamar do serviço. Tem me auxiliado em várias situações, principalmente durante a noite e madrugada, quando não tem sistema de transporte público ou o táxi custa caro demais

Tercio Trindade,
funcionário público



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>
DATA <i>07</i> / 06 / 2017	Página <i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MEDO DOS TAXISTAS

DEPUTADOS DE OLHO NOS VOTOS REJEITAM REGULARIZAÇÃO DO APLICATIVO UBER EM SÃO LUÍS

Só mesmo uma pessoa muito inocente para imaginar que os deputados estaduais iriam aprovar o projeto que regulamenta o aplicativo UBER para o transporte de passageiros. O projeto foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, e rejeitado por mais outras duas comissões da Casa, por maioria de votos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 07 06 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

LEI DA MAIORIA

Deputados estaduais rejeitam projeto de regularização do UBER com medo de perder os votos dos taxistas

O projeto que regulamenta o aplicativo UBER para o transporte intermunicipal de passageiros foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa. O projeto acabou sendo rejeitado pela CCJ e outras duas comissões da casa, por maioria de votos.

O deputado Marco Aurélio, relator do projeto, alegou vício de constitucionalidade formal. O deputado Edilázio recorreu ao Plenário da Casa e o Projeto de Lei que regulamenta o UBER foi apreciado por todos os deputados estaduais. O parlamentar queria votação nominal, mas não conseguiu e o projeto foi definitivamente rejeitado.

Além do relator do projeto, os deputados Bira do Pindaré (PSB), Cabo Campos (DEM), Antônio Pereira (DEM), Vinícius Louro (PR), Glalbert Cutrim (PDT), Ana do Gás (PCdoB) e Sérgio Frota (PSDB) votaram contra o projeto de lei.

Os deputados Marco Aurélio, Bira do Pindaré, Cabo Campos, Antônio Pereira, Vinícius Louro, Glalbert Cutrim, Ana



Deputados em sua maioria rejeitaram a proposta do Uber em São Luís

do Gás e Sérgio Frota, apenas os deputados Edilázio Júnior e Max Barros votaram a favor do relatório e contra a constitucionalidade do projeto que regulamenta o UBER no Maranhão.

O deputado Edilázio Júnior, autor do projeto, lamentou a rejeição e disse que a análise dos deputados não foi técnica e, sim, política. "O

voto na comissão deveria ser técnico e não político. Não sou contra os taxistas, sou a favor que a população tenha o direito de escolher e tenha mais opções", afirmou Edilázio.

Relembre

O Ministério Público por meio da Promotoria de Defesa do Consumidor de São Luís anunciou no fim de semana que deve entrar com uma re-

presentação à Procuradoria Geral de Justiça contra a proibição do serviço em São Luís.

A argumentação principal é que a lei que veta o Uber na capital maranhense seria inconstitucional. A promotora de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, Lítia Cavalcanti, chega a afirmar que o serviço "não tem como ser barrado".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 7 / 06 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Extinção de zonas eleitorais preocupa TRE do Maranhão

Dirigentes da Justiça Eleitoral reafirmam propósito de evitar que mais zonas eleitorais do estado sejam extintas

A extinção de zonas eleitorais, conforme regulamenta o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em resoluções, tem gerado preocupação aos dirigentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o país. No Maranhão, nesta terça, 6 de junho, os desembargadores Raimundo Barros (presidente) e Ricardo Duailibe (corregedor), e o diretor-geral Flávio Costa, concederam entrevista coletiva à imprensa para prestar esclarecimentos sobre a situação do estado.

Na capital, São Luís, das 9 zonas existentes (1ª, 2ª, 3ª, 10ª, 76ª, 88ª, 89ª, 90ª e 91ª), três já foram extintas: a 88ª, 90ª e 91ª, cujos eleitores foram remanejados para 76ª, 10ª e 1ª, respectivamente, para que as demais ficassem com a média de 100 mil eleitores cada, de acordo com o que estabelece o TSE nas normas citadas acima. O critério adotado pelo TRE-MA na resolução 9.093/2017 foi que estas 3 zonas foram as mais recentes criadas. Para o interior do estado, o

critério adotado pela resolução 23.520/17 é que o município que tiver mais de uma zona eleitoral só poderá mantê-la caso o quantitativo de eleitores de cada seja maior que 70 mil por zona. A norma também prevê que os eleitores das zonas eleitorais extintas devem ser redistribuídos para aquelas cuja localização privilegie o acesso dos eleitores, preferencialmente sem alterações em seus locais de votação. O desembargador Raimundo Barros explicou que todos os TREs, juntamente com as classes políticas e a OAB, estão tentando combater essa determinação do TSE porque entendem que essa “suposta medida econômico-orçamentária de extinção de zonas eleitorais não surtirá os efeitos pretendidos”. Contudo, alertou que a preocupação maior são as zonas eleitorais do interior do estado, pois o prejuízo nos serviços ofertados poderá ser maior já que muitas das vezes os municípios atingidos, apesar de próximos, ainda são distantes para atendimento do eleitorado e

dos políticos da região.

Já o desembargador Ricardo Duailibe relatou os inúmeros esforços que estão sendo envidados por associações como a de Magistrados do Brasil e do Maranhão para derrubar ou minorar os efeitos das resoluções, embora considere “difícil alguma mudança por parte do TSE”. Por sua vez, o diretor-geral Flávio Costa assegurou que o TRE-MA já vem desde março lutando contra essas resoluções e que está empenhado em reverter esse quadro, pois além dessas medidas atingirem o eleitorado, também impactam diretamente sobre juízes, promotores e servidores eleitorais. Aproveitou ainda para destacar que, nesse primeiro momento, não haverá necessidade dos eleitores atingidos imprimirem novo título e que também não haverá mudanças de local de votação, pois as zonas extintas foram absorvidas por outras. “Qualquer modificação que ocorrer, o Regional comunicará aos eleitores com a maior clareza possível”, frisou.

O QUE ALEGA O TSE

Durante a sessão administrativa

da quinta-feira, 1º de junho, o plenário do TSE aprovou resolução que amplia o remanejamento e a extinção de zonas eleitorais para o interior dos estados em todo o país. A medida já está em andamento nas capitais dos estados, que devem excluir pelo menos 72 zonas eleitorais. Para o TSE, o rezoneamento tem como objetivos aprimorar o trabalho e economizar gastos com as zonas eleitorais, com foco na qualidade do atendimento ao eleitor brasileiro. De acordo com o voto do presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, o objetivo maior é “ajustar as distorções no quantitativo de eleitores em zonas eleitorais e racionalizar custos em um cenário de fragilidade econômica do país, sem descuidar do eficiente atendimento à sociedade, que sempre caracterizou a Justiça Eleitoral brasileira”. Com a aprovação das alterações na resolução e a consequente extinção de 72 zonas eleitorais em 16 capitais, a Justiça Eleitoral estima obter uma economia de mais de R\$ 1 milhão por mês e cerca de R\$ 13 milhões ao ano.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () Debate () Extra	(x) Atos e Fatos () A tarde () Correio de Notícias () O quarto poder () Internet / Blog	(x) Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia
DATA 7 / 06 / 2017		() Outros
Página 3		() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Corte de recursos estaria causando demissões na rede municipal de saúde da capital, denuncia CRM

A secretária municipal de Saúde, Helena Duailibe, garantiu que os serviços estão sendo reorganizados e que não haverá prejuízos à população

EDILAYNE SOARES
ESPECIAL PARA O JP

O grande prejudicado com as demissões é a sociedade. A afirmação do presidente do Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM), Abdou Murad, sobre a redução de R\$ 2 milhões por mês nas verbas destinadas à rede municipal de saúde, em São Luís. De acordo com o presidente do CRM, a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Saúde para o corte é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em conversa com a reportagem do *Jornal Pequeno*, Murad declarou que, até o momento, três médicos já foram demitidos, sendo um deles do Socrinho do São Francisco. Ainda conforme o presidente da entidade, as comunicações das demissões estão sendo feitas pessoalmente e, por algumas vezes, via telefone. Devido à redução no Socrinho do São Francisco, na tarde de sábado o único médico que estava lá precisou se ausentar, para a transferência de pacientes para outras unidades de saúde, deixando os pacientes sem atendimento durante horas", revelou o presidente do CRM.

Abdou Murad relatou que, após a reunião com a secretária municipal de Saúde, Helena Duailibe, na qual foi informado sobre a redução nas verbas, ele realizou um encontro com a classe médica e encaminhou um ofício à Secretária de Saúde, destacando a falta de sentido na redução e as demissões que estão previstas. De acordo com o presidente do CRM, o grande prejudicado com as demissões será a sociedade, que ficará sem assistência e aumentando ainda mais a demanda dos Socrinhos 1 e 2. Ele afirmou que, com essa medida, não somente os médicos serão afetados, mas outros profissionais da área da saúde como enfermeiros e técnicos de enfermagem. Murad afirmou que uma reunião está prevista para acontecer nesta quinta-feira (6), na sede do CRM, visando abordar as demissões já feitas até o momento e os caminhos que serão seguidos pela categoria perante essa situação. Ainda sobre a atual situação vivida pela rede de saúde de São Luís, uma fonte, que preferiu não se identificar, denunciou ao JP que os enfermeiros do Hospital de Urgência e Emergência Doutor Clementino Moura (Socrinho 2) estão há quatro



Segundo a classe médica, cortes nos recursos de saúde poderão aumentar a demanda nos hospitais de urgência e emergência

meses sem receber salários. A fonte declarou, também, que alguns enfermeiros estão sendo obrigados a aumentar a carga horária de trabalho de 30 para 40 horas semanais, em

virtude da falta de profissionais. Além disso, o JP recebeu outra denúncia de que o município estaria entregando a gestão da Santa Casa de Misericórdia para o governo do

Estado e, caso seja concretizada essa transferência, os funcionários da Santa Casa seriam demitidos e recontraídos por empresas terceirizadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 7 / 06 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Prefeitura paga aluguel de viaturas que SMTT nunca usou

Empresa contratada é investigada por esquema fraudulento de venda de veículos

Ha sete meses a prefeitura de São Luis fechou abru licitação para locação de veiculos visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT). O valor total do negocio ficou em torno de R\$ 3,9 milhões. No entanto, o que chama a atenção não é o valor da proposta, mas a quantidade de veiculos que consta no contrato, diferente da que foi divulgada na imprensa pela Secretaria Municipal de Comunicação.

A licitação foi vencida pela empresa Locadora São Luis, que deveria fornecer 74 veiculos, sendo 28 motos, 38 automoveis, 03 vans e 05 caminhonetes, conforme contrato ao qual a reportagem do ATOS E FATOS teve acesso. O valor da proposta chama atenção, mas o que desperta curiosidade é o fato da prefeitura pagar por aluguel de viaturas que a SMTT nunca usou

FRAUDE NA DIVULGAÇÃO

No dia 29 de março de 2017, a Prefeitura de São Luis, por meio da Secretaria Municipal de Comunicação, enviou release à imprensa com dados supostamente fraudulentos informando sobre o "reforço na fiscalização do trânsito de capital com entrega de 30 novas viaturas e 20 motos", quer dizer, oito unidades a menos de cada um dos dois veiculos. Além disso, a matéria ignora as três vans e as cinco caminhonetes que constam no contrato.

A informação oficial saiu em alguns jornais e, por isso mesmo, é provável que uma destas publicações venha ser usadas como provas em eventuais processos a justiça caso por exemplo, o Ministério Público Estadual (MP/E) seja provocado por

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR GERAL (R\$)
01	Locação de 28 motos...	28	R\$ 1.200,00	R\$ 33.600,00	R\$ 33.600,00
02	Locação de 38 automoveis...	38	R\$ 2.500,00	R\$ 95.000,00	R\$ 128.600,00
03	Locação de 03 vans...	03	R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 158.600,00
04	Locação de 05 caminhonetes...	05	R\$ 10.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 208.600,00

Reprodução de trechos do contrato de R\$ 3,9 milhões

um dos vereadores em oposição ao prefeito Edvaldo Junior (PDT).

HAJA DINHEIRO!

O documento que consta em anexo mostra que cada uma das unidades teve um valor diferenciado. O custo da locação de apenas uma moto é R\$ 2 mil mensais. Ou seja, em apenas um mês as vinte e oito motocicletas chegam a R\$ 56 mil, totalizando R\$ 672 mil no ano.

Cada automovel equivale ao custo mensal de R\$ 2,7 mil, que multiplicado pelo numero total dos vinte e oito veiculos locados gera um montante de R\$ 104,5 mil por mês, o que totaliza o equivalente a R\$ 1,2 milhão até o fim do contrato.

Pelo aluguel mensal de apenas um utilitario tipo Van a prefeitura paga R\$ 14 mil. No mês a locação das três unidades chega a R\$ 42 mil, totalizando R\$ 504 mil nos doze meses de contrato. Por

uma caminhonete, o valor mensal da locação é de R\$ 3,3 mil, que multiplicado pelo numero total de veiculos locados gera um montante de R\$ 16,7 mil por mês, o que totaliza R\$ 201 mil ao longo do ano.

Ninguém nunca vê as vans no pátio da SMTT e muito menos nas avenidas de capital, porém, a Locadora São Luis vem recebendo pelo serviço de locação de forma integral conforme consta em relatório de pagamentos disponibilizado no Portal de Transparência da Prefeitura.

Segundo as informações de despesas e receitas dos R\$ R\$ 3.933.000,00 contratados pelo governo Edvaldo Junior, a São Luis já recebeu R\$ 821,6 mil. Tem R\$ 1.103.800,00 de valor liquidado, e um saldo de R\$ 2.080.500,00 que está empenhado e será pago pelo Município até o fim do contrato por serviços

prestados pela empresa.

INVESTIGADO POR FRAUDE

Ex-servidor do Detran Roberto Georges Hachem que é proprietário da locadora São Luis, é irmão do empresário Eli Garces Hachem, ex-sócio de Alessandro Martins na Euromar. Em 2009, os três empresários foram investigados pelo Ministério Público Estadual por um esquema fraudulento de venda de veiculos operado pela concessionária Euromar, usando varias locadoras, uma delas a Locadora São Luis Ltda.

Na época, o Ministério Público detalhou que a transação funcionava da seguinte forma utilizando documentos da São Luis. Alessandro Martins comprou mais de 100 veiculos da marca Volkswagen e os revendeu ao cliente comum. Na ocasião, a Euromar dava ciência ao cliente de que o carro que ele estava comprando ficaria em nome da locadora e que, somente após seis meses, ele poderia transferir-lo para o seu nome. Na época, Martins promoveu uma grande campanha midiática que, de acordo com as denúncias do MP, tinha o unico objetivo de enganar o cliente.

Em depoimento prestado a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o caso na Assembleia Legislativa, Roberto Georges Hachem confirmou que tinha conhecimento da transação realizada em 2006. Porém, negou que a sua empresa tenha se beneficiado financeiramente com a mesma. O problema é que outras denúncias falam sobre o empresário, mas os detalhes dessas transações serão revelados somente durante uma série especial sobre o assunto.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 7 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Líder do Bonde em Pedrinhas morre em confronto com o GSA

Nas primeiras horas da manhã dessa terça-feira (6), Ademilson Alves Frazão, de 31 anos, morreu em confronto com homens do Grupo de Serviço Avançado (GSA) do 6º e 21º Batalhão de Polícia Militar (BPM). A troca de tiros aconteceu na Travessa da Vitória, na comunidade Murtúrio, região de Pedrinhas, zona rural de São Luís. O rapaz era uma das lideranças do Bonde dos 40 na área.

Conforme explicações do major Marcelo, comandante do 6º BPM, uma operação foi planejada para capturar "Ade", citado como a principal liderança do Bonde dos 40 em Pedrinhas, Mangue Seco e Vila Muruai, e, também, apontado como o autor de vários homicídios e roubos na região, incluindo assalto a micro-ônibus que trafegam no interior maranhense. Por volta das 6h, os militares desfilaram à Travessa da Vitória, a fim de localizá-lo.

Durante o cerco, narrou o major, o suspeito, que estava na casa de outra traficante, correu para os fundos da residência, para pular o muro e fugir. Porém, se deparou com um tenente do 6º BPM, contra o qual efetuou um disparo de arma de fogo, mas, felizmente, não foi atingido. Depois de atirar, voltou para a frente do imóvel, mas esbarrou com a equipe, que igualmente não recebeu com um tiro.

Houve, então, um confronto, que resultou na morte de Ademilson, que não resistiu no Hospital Municipal Doutor Clementino Moura (Socorro 2). Com o criminoso, os militares apreenderam um revólver calibre 38, que havia sido roubado de um vigilante no Centro de Ensino Médio (CEM) Mário Martins Meireles, em novembro de 2016, sendo que "Ade" teria participado diretamente do roubo da arma. De acordo com Marcelo, existe uma possibilidade de que Ademilson tenha utilizado um nome falso, pois ele teria contra si dois mandados de prisão expedidos pelo Poder Judiciário. (RM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
		<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 07 / 06 / 2017	Página 04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ex-prefeito de Bacabal é condenado por não prestar contas de convênios

O ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Nonato Lisboa, foi condenado por ato de improbidade administrativa, pelo fato de não haver prestado contas de cinco convênios com o Governo do Estado, quando exercia o cargo. Decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) confirmou sentença de primeira instância, que aplicou penas de suspensão dos direitos políticos do ex-gestor pelo período de cinco anos; multa civil no valor de dez vezes a remuneração que Lisboa recebia à época dos fatos e proibição de contratar com o Poder Público por três anos.

Os desembargadores do órgão colegiado entenderam não assistir razão ao ex-prefeito em sua apelação ao TJMA, pois os elementos e provas constantes nos autos

atestam a não prestação de contas dos cinco convênios, todos do ano de 2005, firmados com o Governo estadual, por meio da Secretaria de Educação do Estado (Seduc).

No recurso de apelação, Lisboa alegou que não praticou ato de improbidade administrativa e que não foi provado que tenha agido de forma dolosa (quando há intenção) com a finalidade de não prestar contas, a fim de ensejar as penalidades impostas.

O desembargador Raimundo Barros (relator) concordou com o entendimento do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Bacabal, de que a ausência de prestação de contas caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Os desembargadores do órgão colegiado entende-

ram não assistir razão ao ex-prefeito em sua apelação ao TJMA, pois os elementos e provas constantes nos autos atestam a não prestação de contas dos cinco convênios, todos do ano de 2005, firmados com o Governo estadual, por meio da Secretaria de Educação do Estado (Seduc).

O relator citou jurisprudência de casos semelhantes, com entendimento no mesmo sentido, e não viu nenhum aspecto da decisão de primeira instância a merecer reparo. Destacou que a conduta tipificada não exige dolo específico e, sim, genérico.

Os desembargadores José de Ribamar Castro e Ricardo Duailibe também negaram provimento ao recurso do ex-prefeito, de acordo com parecer do Ministério Público do Maranhão. (Processo nº 53385/2015 – Bacabal)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 7 / 06 / 2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ex-prefeito de Bacabal é condenado por não prestar contas de convênios

O ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Nonato Lisboa, foi condenado por ato de improbidade administrativa, pelo fato de não haver prestado contas de cinco convênios com o governo do Estado, quando exercia o cargo. Decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) confirmou sentença de primeira instância, que aplicou penas de suspensão dos direitos políticos do ex-gestor pelo período de cinco anos, multa civil no valor de dez vezes a remuneração que Lisboa recebia à época dos fatos e proibição de contratar com o Poder Público por três anos. Os desembargadores do órgão colegiado entenderam não assistir razão ao ex-prefeito em sua apelação ao TJMA, pois os elementos e provas constantes nos autos atestam a não prestação de contas dos cinco convênios, todos do ano de



Divulgação

O ex-prefeito Raimundo Lisboa foi condenado por não ter prestado contas de cinco convênios com o governo do Estado

2005, firmados com o governo estadual, por meio da Secretaria de Educação do Estado (Seduc). No recurso de apelação, Lisboa alegou que não praticou ato de improbidade administrativa e

que não foi provado que tenha agido de forma dolosa (quando há intenção) com a finalidade de não prestar contas, a fim de ensejar as penalidades impostas.

O desembargador Raimundo Barros (relator) concordou com o entendimento do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Bacabal, de que a ausência de prestação de contas caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública. O relator citou jurisprudência de casos semelhantes, com entendimento no mesmo sentido, e não viu nenhum aspecto da decisão de primeira instância a merecer reparo. Destacou que a conduta tipificada não exige dolo específico e, sim, genérico. Os desembargadores José de Ribamar Castro e Ricardo Duailibe também negaram provimento ao recurso do ex-prefeito, de acordo com parecer do Ministério Público do Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 07 / 06 / 2017	Página 04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Mortos a bala

Duas pessoas são mortas a tiros. Os casos foram registrados no Centro e Coroadinho

Duas pessoas foram assassinadas na capital maranhense, na última segunda-feira (5). Os crimes aconteceram no período da noite. Os bairros onde ocorreram as brutalidades foram o Coroadinho e o Centro.

O primeiro caso registrado na noite ocorreu por volta das 20h. A vítima foi William Sampaio Castro, de 19 anos. De acordo com informações contidas no relatório da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), William foi morto a tiros. O rapaz não resistiu aos ferimentos e morreu no local. A Polícia Militar foi acionada, assim como o Instituto Médico Legal (IML), para os procedimentos de praxe. Já no Centro, José de Ribamar Nascimento, de 53 anos, foi assassinado também a tiros. A polícia ainda não tem muitas informações sobre o crime. Os dois casos são investigados pela Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP).



William Castro, de 19 anos, foi assassinado a tiros no bairro do Coroadinho. Polícia investiga o caso

DIVINEIA

Polícia ainda não possui resposta para o assassinato

ESAU ARAUJO

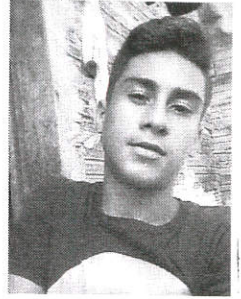
Um caso vem se tornando uma incógnita para a polícia da região metropolitana de São Luís. Um adolescente de 17 anos foi assassinado brutalmente e o corpo foi encontrado no bairro do Divineia, em São Luís, na semana passada.

Após sete dias do crime, nenhuma informação sobre o possível assassino, que esfaqueou o garoto várias vezes e ainda o degolou.

Lucas Silva de Oliveira, de 17 anos, foi encontrado morto em uma pista de motocross, na última quinta-feira (1). A Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) ainda não tem respostas sobre o assassinato do rapaz. A polícia alega que a última hipótese a ser trabalhada é a de que o jovem tenha sido morto por homofobia.

Segundo o delegado George Marques, da Delegacia de Homicídios, e que está à frente do caso, afirma que as investigações já foram iniciadas e que nos próximos 30 dias pretende

DELEGADO



Lucas Silva de Oliveira, de 17 anos, foi encontrado morto

finalizar o inquérito. "Já foram ouvidas aproximadamente seis pessoas, dentre elas familiares e amigos, e ainda durante essa semana estaremos interrogando outros mais". O delegado revelou que várias linhas de investigações estão sendo seguidas. "Podemos adiantar que trabalhamos todas as hipóteses e que a última linha de investigação que vem sendo trabalhada é a de homofobia, lembrando que isso devido aos depoimentos ouvidos", concluiu o delegado.

PERTO DE PEDRINHAS

Suspeito é morto durante confronto

Uma troca de tiros terminou com a morte de uma pessoa na localidade conhecida como Campina, nas proximidades do Presídio de Pedrinhas, em São Luís.

Adenilson Alves Frazão, de 31 anos, que é suspeito de assaltos e homicídios foi localizado por policiais, na manhã desta terça-feira (6), e entraram em

confronto. O suspeito já vinha sendo monitorado pela polícia.

Adenilson efetuou disparos de arma de fogo contra a guarda, mas acabou sendo baleado.

Os PMs ainda o socorreram e o encaminharam ao Hospital Municipal Clementino Moura (Socorrão II), mas não resistiu aos ferimentos e morreu.

O MEDO

O delegado George Marques revelou que está havendo certa dificuldade para conseguir os depoimentos de familiares, vizinhos e amigos de Lucas, pois, segundo ele, a região é abarçada por um grande centro de tráfico de drogas. "Alguns suspeitos já foram apontados, porém existem familiares que já foram ameaçados se falassem algo. Para isso, pedimos quem puder ajudar a polícia a solucionar o crime que entre em contato pelo Disque-Denúncia através do WhatsApp 98224-8600. Garantimos 100% de anonimato", falou o delegado. Devido às ameaças que familiares vêm sofrendo pelas represálias de traficantes, uma pessoa próxima da vítima concedeu entrevista exclusiva ao jornal e disse que o crime se trata sim de homofobia.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 07 / 06 / 2017	Página 04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

13 mortes violentas já foram registradas este mês, na Ilha

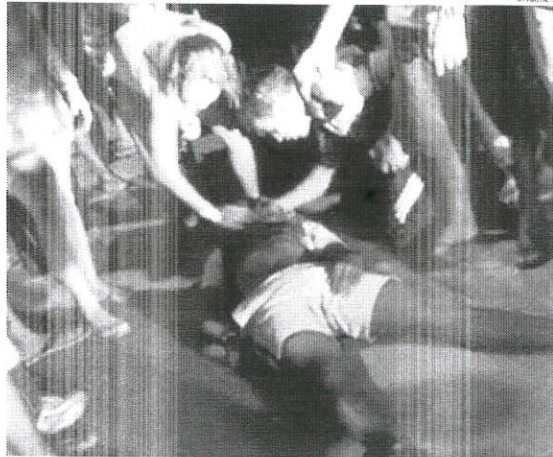
Onze ocorrências foram de homicídios dolosos, três deles da noite de segunda-feira à manhã de ontem; uma das vítimas, que morreu ao enfrentar a polícia, foi Ademilson Alves Frazão, que era procurado por assalto e homicídio

ISMAEL ARAÚJO
Da redação de Polícia

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), 13 mortes violentas ocorreram nos seis primeiros dias deste mês na Ilha - 11 delas foram homicídios dolosos, com media de dois casos por dia, considerada pelas autoridades policiais, como bastante elevada. Este semana, três pessoas foram assassinadas a tiros em espaços de 12 horas, na Região Metropolitana de São Luís. No mês de maio, por exemplo, foram registrados 27 homicídios dolosos.

Na manhã de ontem, Ademilson Alves Frazão, o filho de 21 anos, foi morto em um confronto com policiais, na localidade denominada como Mutirão no bairro Pedrinhas, nas proximidades do Complexo Penitenciário. A polícia informou que guardas militares, já há alguns dias, faziam buscas na área com o objetivo de prendê-lo. Ademilson Alves, suspeito de vários assaltos e de um homicídio ocorrido na capital.

Ontem, os policiais, ao encontrarem o criminoso, foram recebidos à bala. Hoje, cerca de 100 e dois deles atingiram a pessoa no tórax do suspeito, que ainda foi socorrido, mas morreu ao ser levado ao Hospital Municipal Siqueira Filho, na área da Cidade Operária. Em poder do criminoso, foi encontrado um revólver calibre 38 que havia sido recu-



Familiares cercam o corpo de William Sampaio Castro no local onde ocorreu o assassinato, no Coroadinho

bilidade de um criminoso de uma escola, localizada em Pedrinhas, em um confronto com o grupo, a polícia apreendeu a quantia de R\$ 4.600,00.

Atada de acordo com as informações da polícia, Ademilson Alves, no dia 14 de dezembro de 2015, foi preso em companhia de Edmar de Jesus e Inel Pereira dos Santos, na

Avencida Getúlio Vargas, no Centro da Fátima, pela prática de assaltos. Com o grupo, a polícia apreendeu a quantia de R\$ 4.600,00.

Duplo homicídio
Na noite de segunda-feira, 5, ocorreram dois assassinatos na Região

Metropolitana de São Luís. Uma das vítimas foi José de Ribamar Martins Neto, 30 anos, que vive sua casa, no bairro Mutirão, em Fátima. Invadida pelos criminosos, que procuravam por sua filha, nome não divulgado, o qual, no momento do

SAIBA MAIS

Mortes violentas neste mês, na Ilha

- Dia 1º:** Jhon Carlos Silva Costa (arma branca): um adolescente de 17 anos; Carlos Emanuel Salgado Souza e Cláudio José de Oliveira Pereira Júnior (ambos com arma de fogo)
- Dia 2:** Raulson da Silva Campos (arma de fogo)
- Dia 3:** Werberth Silva Pereira (arma de fogo); Marcos Augustos S. Nascimento (outros meios)
- Dia 4:** Adolescente de 15 anos (arma de fogo) e Anderson de Oliveira Macedo Silva (acidente de trânsito)
- Dia 5:** William Sampaio Castro; José de Ribamar Martins Nascimento (ambos com arma de fogo) e um adolescente de 17 anos (morte a esclarecer)
- Dia 6:** Ademilson Alves Frazão (arma de fogo)

Fonte: Secretaria de Segurança Pública (SSP)

NÚMERO

13

mortes violentas ocorreram nos seis primeiros dias deste mês na Região Metropolitana de São Luís, sendo 12 homicídios dolosos e uma por acidente de trânsito

conseguiu prender os acusados. O corpo da vítima foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Becanga, para a autópsia e logo depois liberado para os familiares.

O outro corpo encaminhado ao IML foi o de William Sampaio Castro, de 19 anos. Ele foi assassinado com vários tiros disparados por homens não identificados, na Avenida Amália Solimão, no bairro do Coroadinho.

Os casos estão sendo investigados pela Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), mas até a tarde de ontem não havia registro de prisão dos acusados. ●

fato, não estava na casa.

A polícia foi acionada e ainda realizou buscas na área, mas não

Assaltantes de bancos presos em Paulo Ramos

Criminosos detidos pela polícia tiveram participação na tentativa de assalto à agência do Bradesco daquela cidade; eles foram trazidos ontem para a Seic

Quadrilha especializada em roubo de bancos no interior do estado, com um dos principais líderes, o advogado Paulo Ramos, que opera em várias cidades, incluindo as de Boqui Ligar e Paulo Ramos, pela equipe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais. Uma das últimas ações desse bando, segundo a polícia, foi o atentado frustrado que teve como alvo o Banco de Paulo Ramos, no último dia 31.

Os presos foram identificados como Joimar Santana Lima, o Joca, de 32 anos, que era vigia do banco; José Augusto dos Santos, de 45 anos, freguês do estabdo do Araripe e Rome da Silva Sousa, o Joca, de 39 anos. A polícia apreendeu em poder do trio o maquiagem e botões de gás utiliz-



José Augusto, Joimar Santana e Rome da Silva já estão em Pedrinhas

dos durante os assaltos.

O delegado Flávio Barbal, superintendente da Seic, declarou que esse caso foi investigado pela Departa-

mento de Combate a Roubo a Instituição Financeira (Derc), Os policiais constataram que os detidos, em companhia de mais dois criminosos, que

já estão identificados, foram na noite do dia 30 do mês passado um dos funcionários do Bradesco redem em sua residência, em Paulo Ramos.

Os criminosos chegaram a violentar o estabelecimento e durante a madrugada do dia seguinte a levaram até o banco. Os assaltantes, utilizando máscaras, arrebentaram a porta da frente e, ao terem acesso a parte interna, o alarme acabou disparando. Eles, em seguida, se tornaram presos, fugiram, deixaram o efetivo e o material utilizado no assalto. Os assaltantes levaram a vítima até a agência e pagou que ele desfilasse o rosto, explicou o delegado.

Barbal disse que primeiramente a polícia prendeu Joimar Lima e José Augusto na cidade de Paulo Ramos e, logo depois, foi feita a prisão de Rome da Sousa, também em Paulo Ramos. Os assaltantes foram encaminhados para a Seic, no bairro de Fátima, onde se prepara o encaminhamento e ainda devem ser apresentados para a imprensa durante coletiva, na sede de Segurança Pública em Vila Palmeira. ●

Polícia ainda procura 16 foragidos do CDP

Dos 36 que fugiram no dia 21 do mês passado, cinco morreram e 15 foram recapturados

Depois de 18 dias da explosão do muro da Unidade Prisional de Resocialização de São Luís (UPSL), antigo Centro de Detenção Preventiva (CDP) de Pedrinhas, que resultou na fuga de 36 apenados, a polícia, desse total, ainda procura 16 foragidos. Ação criminosa ocorreu na noite do dia 21 do mês passado e o objetivo, segundo a polícia, seria resgatar criminosos que responderiam por assalto e explosão de bancos. A possibilidade de envolvimento de funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) no caso ainda está sendo investigada.

Ajuda no dia da fuga, a polícia conseguiu recapturar seis legítimos e dois, identificados como Joimar Pires Mendonça e Geandro Silva Santos, morreram em confronto. No dia seguinte, os militares conseguiram localizar mais três criminosos, e um deles, Sebastião Araújo de Almeida, morreu ao trocar tiros com os policiais, no bairro, área do Quebra-Pote.

No dia 23 de maio, mais três bandidos foram recapturados, identificados como Alisson Pereira Lima, de 22 anos; Kássio Gabriel Carvalho Ribeiro, de 33 anos, e Paulo de Cássio Santos. Eles estavam em uma casa nas proximidades de uma área de mangueira na comunidade Santa Helena, no Quebra-Pote, zona rural de

São Luís.

Também nesse dia ocorreu um confronto entre fugitivos de Pedrinhas e policiais, na Vila Genésio, no Calhau. Nesse momento, dois agentes da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Serenc) foram baleados e dois criminosos, Ronald Cordeiro Góes, o Bêzico natural de Goiás, e Valdemir Laurindo Flores, morreram.

Mudança

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) realizou, na segunda-feira, 5, mais um rearranjo de detentos do Complexo Penitenciário São Luís. Desta vez, foram 1.780 internos redistribuídos de quatro unidades prisionais, entre os quais quinze considerados de maior periculosidade para os estabelecimentos penais que dispõem de Portaria Unificada (PU), e Body Scans (escaneres corporais).

O rearranjo dos detentos começou pela UPSL 3, da qual foram transferidos todos os 421 presos para a Penitenciária Regional de São Luís (PRSL 3), antiga PSL 3. Os internos foram retirados de cada unidade, nos quatro blocos de unidade, e conduzidos para o novo estabelecimento penal de destino. Da UPSL 6, foram transferidos 583 detentos, sendo 288 para UPSL 3, e 297 para a UPSL 5. ●

Assaltantes presos durante arrastões

Treze criminosos foram autuados em flagrante e quatro adolescentes apreendidos pela polícia

Doze criminosos foram tirados de circulação na madrugada de ontem em São Luís. Segundo informações da polícia, eles são suspeitos de prisão recente em vários pontos da cidade. Uma das vítimas teria sido o agente penitenciário, no bairro do São-Cristóvão.

Os criminosos a serem presos foram Germano Lemos de Oliveira, 27 anos, e Carla Lobane Oliveira Narciza, de 19 anos, o dois, adolescentes apreendidos. O delegado do plantão da Polícia Civil de Centro, Ronaldo Moura, disse que o grupo, inicialmente formado de assalto, tem vinculo Un Milv tomadas do placar. (111-4096, de um homem não identificado, na Vila Palmeira, e em seguida realizou

uma série de assaltos.

A outra vítima do grupo foi um agente penitenciário, em que teve dois carregadores de pistola levados. Eles ainda foram apreendidos em Filadélfia, João Paulo e Góes. As vítimas disseram que sequestraram esses assaltantes no Arraial de São Luís. Com o grupo, foram apreendidos um revólver calibre 38, facas, celulares, minicel, entre outros, produtos de consumo.

Na Avenida Góes, foram presos outros criminosos, identificados como Flávio Sérgio de Góes, o Dó, 24 anos; Valdir Alves Ramos Silva, de 25 anos; Antônio Filho, Maria Pereira, de 23 anos; Milton Henriques Santos, de 23 anos; e em seguida realizou

um roubo, de 17 anos. Segundo a polícia, esses criminosos estavam assaltando na área do Triliteiro bairro adjacente.

A polícia conseguiu abordar esse bando, que estava em um veículo Corsa Classic, cinza, de placas OX-9110, no bairro João Deus. Com o grupo, a polícia encontrou um revólver calibre 38, minicel, facas, celulares, celulares e vários produtos de roubo. Eles foram apreendidos no plantão de Polícia Civil da Cidade Operária, onde foram mantidos.

No bairro do Caratúbia, foram presos José Ribamar França Pereira, de 35 anos; Wellington José Almeida Azeiteira, de 25 anos; Ruan Victor Nogueira Trindade, de 27 anos, e um adolecente, de 17 anos, que foi apreendido. A polícia informou que esse quadrilha é suspeita de cometer vários assaltos no bairrão Filadélfia nos adjacências. O bando ainda tem em fuga, mas foi abordado no Caratúbia. ●

DESAPARECIDOS



José da Paixão Júnior

De 46 anos, informou que os seus dois filhos, Mateus Santos Pereira e Ester Silva Pereira, ambos menores de idade, estão desaparecidos desde o último dia 19 e devem estar em Brasília, no Distrito Federal. A principal suspeita desse sumiço é Jacirene Santos Silva, ex-esposa de José Júnior. O casal está separado há seis anos. Qualquer informação as pessoas podem ligar para 989702-5243 ou 98470-0739 ou 98114-3797.

FIQUE SABENDO

Detentos ainda foragidos

Gealison de Jesus Carvalho, Edvandro Pereira Araújo, Pedro Cesar Pereira Paz, Cláudio Kelson de Sousa Rodrigues, Vanderluz Gomes da Silva, Fernando Machado Vasconcelos, Antônio Anderson Miranda de Araújo, Raimundo Bruno dos Santos Carvalho, Renato Costa Sousa, Ronaldo Mourão Teixeira, Fábio Lima Silva, Wellington Monteiro dos Santos Alves, Germano Cesar Oliveira, Jailson de Jesus Martins Moreira e Thalisson Henrique Rodrigues Cardoso



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 07 / 06 / 2017	Página 07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

BRONCA PESADA

Polícia captura grupo suspeito de praticar assaltos a veículos em São Luís

A Polícia Militar capturou na manhã desta terça-feira (6), em São Luís, um grupo suspeito em praticar assaltos a veículos na capital. Os quatro suspeitos, sendo dois menores de idade, foram apreendidos em flagrante enquanto circulavam pela cidade em um carro roubado.

Segundo a polícia, o grupo que já é conhecido por conta dessas práticas, cometeu mais um assalto durante a madrugada no bairro Vila Palmeira. Os assaltantes surpreenderam um morador que estava chegando em casa e com isso, teve seu carro levado. Após a ocorrência, a polícia começou

a procurar pelo grupo foi preso durante as primeiras horas da manhã. Com George Lemos de Oliveira, Carla Lohana Oliveira Machado e mais dois menores, foram apreendidos uma arma de fogo, uma faca e um facão. Além disso, vários pertences que foram roubados das vítimas durante

os assaltos. De acordo com o subtenente Amorim, que estava presente durante a prisão, esse assalto foi o terceiro em dois dias. "Esse daqui já é o terceiro assalto, só de ontem para hoje. (...) outros veículos que eles assaltaram pelo lado do João de Deus, e esse aqui já é o terceiro", disse.

Homem é preso por invadir e roubar casa em Penalva

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Penalva, pertencente a 6º DRPC de Viana, cumpriu, nesta terça-feira (6), um mandado de prisão preventiva em desfavor de Neliomar de Jesus Sousa Cardoso pelo crime de roubo com utilização de arma de fogo. O mandado de prisão foi expedido pelo juiz da comarca de Penalva.

Segundo a Polícia Civil, no dia 8 de maio deste ano, Neliomar teria invadido a casa de uma pessoa, portando arma de fogo e praticado o crime de roubo.



Neliomar de Jesus Sousa Cardoso é acusado de praticar assaltos a residências em Penalva

Esse é o segundo mandado de prisão cumprido em desfavor de Neliomar em menos de seis meses. Neliomar

de Jesus Sousa Cardoso está preso na Delegacia de Penalva à disposição da Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 07 / 06 / 2017	Página 07		

Filho usou carro da mãe para roubar R\$ 48 mil de empresário

Um jovem identificado como Salomão Fernandes Cardoso, de 23 anos, acusado de participar do assalto a casa de um empresário no bairro Mocaminho III, na zona Norte de Teresina, em maio deste ano, usou o carro da própria mãe para praticar, na companhia de um comparsa, o roubo de R\$ 48 mil em dinheiro e cheques.

De acordo com o delegado Erisvaldo Machado, titular do 9º Distrito Policial, a ação dos bandidos foi filmada por uma câmera de segurança e através das imagens

foi possível ver a placa e identificar a proprietária do veículo, mãe de um dos acusados. Durante depoimento, a mulher revelou que o carro estava com seu filho, que sumiu logo após praticar o crime. "Nós já confirmamos a participação dele no assalto. Ele, inclusive, ficou fora de casa para tentar despistar e evitar possível captura", afirmou, ao acrescentar que o acusado mentiu ao prestar depoimento.

Segundo o delegado, ele continua em liberdade porque já havia inspirado o

prazo do flagrante e, além disso, não foi solicitado mandado de prisão. "É um trabalho de investigação contínuo e agora vamos pedir que seja feita a prisão do mesmo", acrescentou.

Nas imagens, que ajudaram na identificação dos dois acusados, é possível ver o empresário guardando o carro na garagem de casa quando de repente os criminosos chegam no carro, invadem a casa e anunciam o assalto. Na sequência, os dois saem em posse do dinheiro roubado.

Mês de maio registrou sete suicídios na Ilha de SL

Somente no mês de maio de 2017, 7 registros de suicídios na Ilha de São Luís. Os casos variam entre 16 anos a 77 anos. O que chamou bastante atenção foi um caso de um adolescente de apenas 16 anos. O rapaz que tirou a própria vida havia avisado desde 2015 que iria fazer isso. Outro que marcou o mês de maio foi o do jovem de 28 anos André Luís, o que se jogou do último

andar do Hotel Luzeiros.

A motivação de muitos destes suicídios permanecem ainda desconhecida. Mas segundo dados de profissionais que estudam o perfil de pessoas suicidas, os próprios suicidas em 60% dos casos falam abertamente sobre a intenção em tirar a vida. Outros dão sinais diretos que o farão, geralmente através de fotos que representem tristeza, iso-

lamento, frases de alerta, depressão, abuso em remédios ou outras drogas.

Em entrevista a revista Galileu, da Rede Brasileira de Prevenção do Suicídio, Carlos Felipe Almeida D'Oliveira, afirma que o ideal é conversar com a pessoa e não deixá-la sozinha. Ao conversar, procure não falar muito e ouvir mais, já que muitas vezes a pessoa só precisa ser ouvida.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 07 / 06 / 2017	Página 07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Estado do Maranhão indenizará mulher presa ilegalmente

O Estado do Maranhão terá que indenizar em R\$ 40 mil uma mulher presa injustamente por possuir nome igual a de uma outra mulher acusada de integrar associação criminosa especializada em aplicar o golpe “boa noite cinderela”, na cidade de Imperatriz. A decisão é dos membros da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que – por unanimidade – seguiram o voto do relator do processo, desembargador Lourival Serejo.

Consta nos autos que a mulher foi recolhida à Central de Custódia de Presos de Justiça da Comarca de Imperatriz, onde ficou presa durante 23 dias, passando por situações constrangedoras que geraram prejuízos psicológicos e graves transtornos morais à vítima, cuja prisão ganhou grande repercussão nos meios de comunicação. Ela foi solta após esclarecer a situação e comprovar que se tratava de caso de homonímia (duas pessoas com o mesmo nome).

A decisão do órgão colegiado reformou sentença de primeira instância nas apelações cíveis interpostas pela vítima e pelo Estado de São Paulo, unidade da federação onde foi ajuizada a ação causadora do dano sofrido pela vítima.

A condenação estipulada pelo juiz de base foi fixada em R\$ 50 mil, sendo este valor reduzido para R\$ 40 mil pela 3ª Câmara Cível do TJMA, visando atender os parâmetros da razoabilidade.

Em seu voto, o relator do processo, desembargador Lourival Serejo ressaltou que os elementos dos autos processuais apontam que, ao dar cumprimento à ordem de prisão, os agentes do sistema de segurança do Estado do Maranhão não cercaram-se dos cuidados e cautelas necessárias quanto à identificação da mulher, não ouvindo as afirmações da vítima de que se tratava de outra pessoa, deflagrando uma prisão indevida e precipitada, sem garantir o direito à defesa e à presunção de inocência.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 7 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Vigilante de banco e dois comparsas são presos por tentativa de assalto

NELSON MELO

Em mais uma ação feita pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), três homens foragidos da Justiça foram capturados nas cidades maranhenses de Paulo Ramos e Bom Lugar, na madrugada dessa terça-feira (6). Os suspeitos eram procurados por uma tentativa de assalto ao Banco Bradesco, ocorrida no primeiro município, quando o bando chegou a estuprar o gerente da agência bancária. Um dos presos era o vigilante da instituição financeira, conforme informações da Polícia Civil.

Durante uma entrevista coletiva realizada no período da tarde, no auditório da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), foi revelado pelo titular da Seic, delegado Tiago Bardal, que, no dia 30 de maio deste ano, um grupo formado por cinco criminosos rendeu o gerente do banco, na cidade de Paulo Ramos, e o manteve em cárcere privado. Os bandidos queriam que ele facilitasse a abertura do cofre da agência, para que o dinheiro fosse levado. Nesse intervalo, o funcionário ainda foi estuprado pelos



José Augusto, Jocimar e Josué tentaram assaltar banco em Paulo Ramos e ainda violentaram o gerente

suspeitos, pois a vítima estava resistindo, provavelmente. No dia seguinte, prosseguiu Bardal, o bando levou o gerente ao Bradesco, na madrugada, por volta de 1h, com maçaricos e botijão de gás, ferramentas que seriam utilizadas para arrombar o cofre. Contudo, o alarme disparou e os membros da quadrilha saíram correndo e fugiram no carro da vítima, que ficou abandonada dentro da instituição financeira. O material que seria usado para abrir o cofre foi deixado pelo bando no interior da agência,

segundo o delegado, sendo que os maçaricos e o botijão de gás foram comprados por Jocimar Santana Pinto, de 32 anos, conhecido como "Joça", o vigilante do Bradesco. Esse foi o primeiro a ser preso, em Paulo Ramos. Na sequência, as equipes da Seic localizaram José Augusto dos Santos, 46, em Bom Lugar, contra o qual havia um mandado de prisão decretado pela Justiça do Amapá por estelionato. Já o último criminoso, Josué da Silva Souza, 38, o "Joca", preso em Paulo Ramos, era o integrante

do grupo com habilidades para manusear os maçaricos. Na coletiva, o delegado Tiago frisou que ainda há dois componentes da quadrilha soltos, mas eles já foram identificados. Tiago Bardal foi quem repassou as informações durante a entrevista, mas a coletiva também contou a presença do delegado Jefferson Portela, titular da SSP/MA; delegado-geral Lawrence Melo; e os coronéis Pereira e Luongo, comandante e subcomandante da PM, respectivamente.

G. Ferreira



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 7 / 06 / 2017	Página 8	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Mais de 1.700 internos são remanejados no Complexo Penitenciário São Luís

O governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) realizou, na manhã de segunda-feira (5), mais um remanejamento de detentos do Complexo Penitenciário São Luís. Desta vez, foram 1.700 internos redistribuídos de quatro unidades prisionais, dentre os quais alguns considerados de maior periculosidade para os estabelecimentos penais que dispõem de Portaria Unificada (PU), e Body Scans (escâneres corporais).

“Nosso objetivo foi promover a redistribuição de um grande número de internos de grupos criminosos distintos, trazendo para dentro das unidades prisionais beneficiadas com todo o aparato tecnológico investido pelo Governo do Estado presos que cometeram crimes mais graves; e levando para a Unidade Prisional de Ressocialização de São Luís 6 (UPSL 6), antigo CDP, aqueles com histórico de crimes mais brandos”, adiantou o titular da Seap, Murilo Andrade de



Clayton Monteles

Operação teve caráter preventivo para a segurança do sistema prisional

Oliveira.

A operação contou com 360 agentes penitenciários; além de 40 policiais militares do Batalhão de Choque (BP Choque). Dois ônibus, um caminhão, um micro-ônibus, dez vans, e 25 pick-ups, sendo dez do Núcleo de Escolta e Custódia (NEC), foram usados

na ação. Agentes da Supervisão de Segurança Interna (SSI), do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop) e do próprio núcleo especializado participaram das etapas da operação, que foi deflagrada ainda durante a madrugada. O remanejamento dos detentos

começou pela UPSL 3, da qual foram transferidos todos os 420 presos para a Penitenciária Regional de São Luís (PRSLZ), antigo PSL 3. Os internos foram retirados de cela em cela, dos quatro blocos da unidade e, em grupos de pelo menos 40 presos, foram conduzidos para o novo estabelecimento penal de destino. Outra unidade onde ocorreu a ação foi a UPSL 6, de onde foram transferidos 585 custodiados, sendo 288 para UPSL3, e 297 para a UPSL 5. “Também foram remanejados 350 internos da Penitenciária Regional de São Luís para a UPSL 6. São internos com histórico de bom comportamento, cujos perfis se encaixam no cumprimento de pena, hoje, disponível no antigo CDP que, em breve será reestruturado, e também beneficiado com a instalação de uma Portaria Unificada, equipada com escâner corporal, e demais aparelhos tecnológicos já em funcionamento nas demais unidades”, acrescentou o secretário de Estado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros CAPA
DATA 7 / 06 / 2017	Página	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

EXTINÇÃO DE ZONAS ELEITORAIS PREOCUPA TRE DO MARANHÃO

• *Dirigentes da Justiça Eleitoral reafirmam propósito de evitar que mais zonas eleitorais do estado sejam extintas*

• *Em São Luís, das nove zonas eleitorais existentes, três já foram encerradas*

A extinção de zonas eleitorais, conforme regulamentada o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em resoluções, tem gerado preocupação aos dirigentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o país. No Maranhão, nesta terça, 6 de junho, os desembargadores Raimundo Barros (presidente) e Ricardo Duailibe (corregedor), e o diretor-geral Flávio Costa, concederam entrevista coletiva à imprensa para prestar esclarecimentos sobre a situação do estado. Em São Luís, das 9 zonas existentes, três já foram extintas.

PÁG. 3 [CT]



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 7 / 06 / 2017	Página 8	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Acidente deixa motorista ferido na avenida Litorânea



Um motorista perdeu o controle de um veículo, no início da tarde de ontem (6), em um trecho da avenida litorânea, em São Luís.

De acordo com informações de um popular, que não quis se identificar, o Fiat Strada estava no sentido Ponta do Farol para avenida Litorânea quando o condutor perdeu o controle do carro atingindo um poste de iluminação pública e uma placa de propaganda. Agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMITT) já estavam no local do acidente.



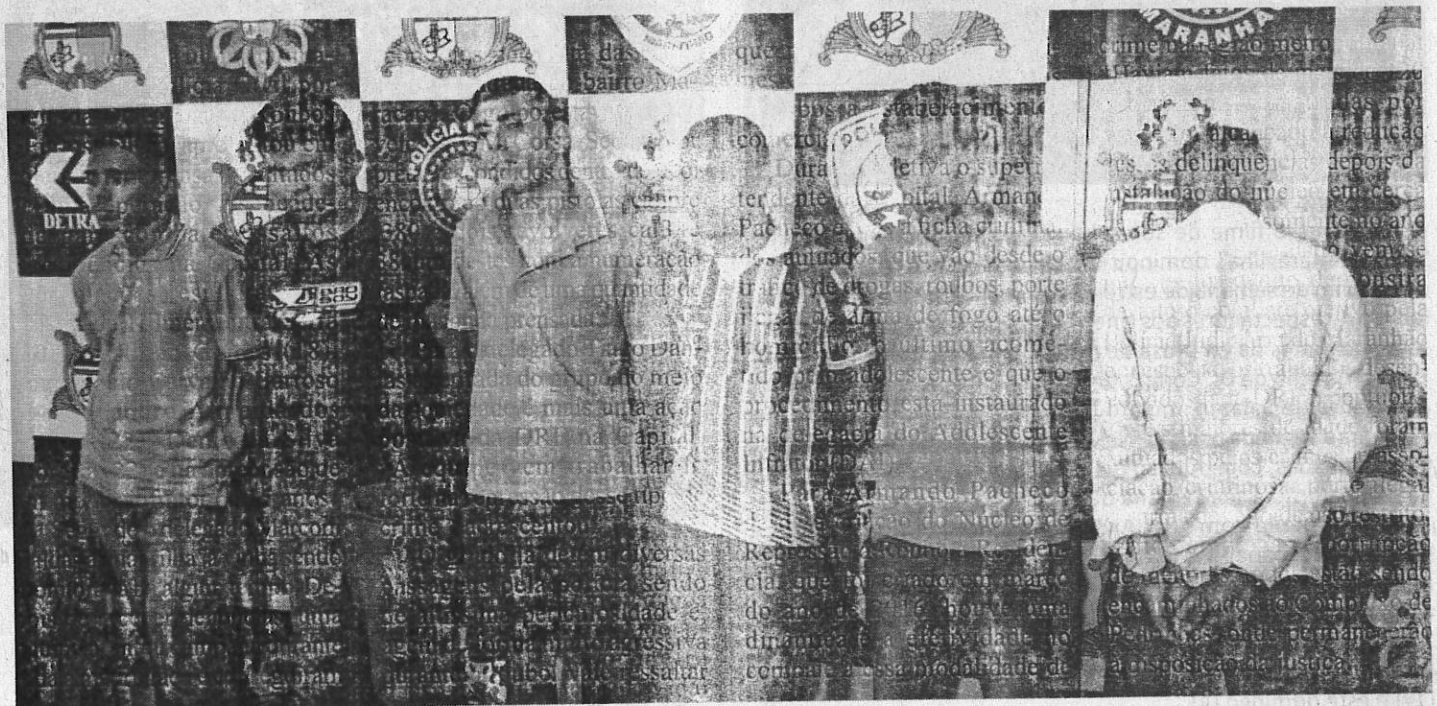
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 7 / 06 / 2017	Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia Civil desbarata quadrilha especializada em roubo na capital

As averiguações resultaram nas prisões de Kilmer Dutra Serra (30); Cristhian Gomes (18); Lourisnaldo Carvalho Barroso (24); Leandro Almeida dos Santos (22); Denis da Silva Moreira (22) e na apreensão de um menor infrator de 15 anos.



A quadrilha já vinha sendo monitorada há algum tempo

Na manhã da última quinta-feira (01), a Polícia Civil por meio da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), apresentou em coletiva a imprensa, resultados de uma operação desencadeada para combater assaltos a residências na Capital. As averiguações resultaram nas prisões de Kilmer Dutra Serra (30); Cristhian Gomes (18); Lourisnaldo Carvalho Barroso (24); Leandro Almeida dos Santos (22); Denis da Silva Moreira (22) e na apreensão de um menor infrator de 15 anos.

Segundo o delegado Marconi Caldas a quadrilha já vinha sendo monitorada há algum tempo. Depois de receber denúncias, uma equipe montou campana durante toda a madrugada e conseguiram

aborda-los por volta das 5:30, logo na entrada do bairro Maracanã. O grupo estava em um veículo GM Corsa Sedan, cor preta e escondidos dentro dele foi encontrado duas pistolas calibre .380 e dois revólveres calibre 38, um destes com a numeração raspada, além de uma quantidade de maconha prensada

Para o delegado Tiago Dantas a retirada do grupo do meio da sociedade é mais uma ação positiva da DRF na Capital; "A equipe vem trabalhando forte na repressão desse tipo de crime", acrescentou.

O grupo já detém diversas passagens pela polícia sendo de altíssima periculosidade e, agem de forma muito agressiva durante o roubo. Vale ressaltar

que praticavam também crimes como saídas bancárias e roubos a estabelecimentos comerciais.

Durante coletiva o superintendente da Capital, Armando Pacheco expôs a ficha criminal dos autuados, que vão desde o tráfico de drogas, roubos, porte ilegal de arma de fogo até o homicídio, o último cometido pelo adolescente e que o procedimento está instaurado na delegacia do Adolescente Infrator (DAI).

Para Armando Pacheco desde a criação do Núcleo de Repressão a Roubo a Residência, que foi criado em março do ano de 2016, houve uma dinâmica e a efetividade no combate a essa modalidade de

crime na região metropolitana; "Haviam fatos de mais de 120 ocorrências registradas por mês e foi alcançado a redução dessas delinquências depois da instalação do núcleo em cerca de 30 por mês, somente no ano passado. E, esse dado vem se mantendo, o que demonstra de fato o combate efetivo pela Polícia Judiciária do Maranhão em especial os trabalhos desenvolvidos pela DRF", pontuou.

Os maiores de idade foram autuados pelos crimes de associação criminosa, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, tráfico de drogas e corrupção de menores, todos estão sendo encaminhados ao Complexo de Pedrinhas, onde permanecerão à disposição da justiça.